

TERMO DE REFERÊNCIA

REQUISITANTE: Estela Oliveira Santiago de Carvalho

FISCAL DO CONTRATO: Estela Oliveira Santiago de Carvalho

Objeto: CONFECÇÃO DE MEDALHAS, PINS E BOTONS

OBJETO: CONFECÇÃO DE MEDALHAS, BOTONS E AFINS					
Especificação	CATSER	UN	Quant.	P. Unit.	Sub-total
<p>CONFECÇÃO DE MEDALHAS (LEONILDA MONTANDON) 45 Medalhas para as Solenidades de Outorga da Medalha Leonilda Montandon. Medalhas confeccionadas em metal com banho dourado, tamanho 4 x 6 cm, com 55 gramas e com relevo frente e verso (conforme fotos de referência). As medalhas devem vir com colar de fita vermelho tamanho 3,5 x 35 cm, com fechamento com velcro (sem amarração). As medalhas devem vir acomodadas em estojo compacto com dimensões de 2,5 cm de altura, 9,0 cm de largura e 12 cm de profundidade; material externo em veludo macio na cor vermelha para apresentação sofisticada, interior com acabamento em cetim que evita arranhões.</p> 	624346	UNIDADE	45	225,00	10.125,00



--	--	--	--	--	--	--

CONFECÇÃO DE PINS DE METAL REDONDOS

Confecção de 100 pins de metal redondos, com 2 cm de diâmetro, impressão do brasão do Município de Araxá com resina na parte frontal (conforme foto de referência) e pino com tarraxas de metal ou silicone para maior aderência em tecidos.




457219

UNIDADE

100

12,00

1.200,00

CONFEÇÃO DE BÓTONS DE METAL FORMATO ARREDONDO					
<p>Confeção de 50 bótons de metal formato arredondado, com 3,5 x 3 cm, impressão do brasão do Município de Araxá com o nome de cada um dos componentes da equipe de cerimonial personalizado na parte frontal (conforme foto de referência) e pino com tarraxas de metal ou silicone para maior aderência em tecidos</p>					
	619397	UNIDADE	50	19,00	950,00
					12.275,00

CONDIÇÕES DA AQUISIÇÃO

Havendo divergência do descritivo do item cadastrado do Portal ComprasNet (CATMAT) com o edital, prevalecerá o descritivo do edital.

JUSTIFICATIVA (Art. 6º, XXIII, “a” da Lei nº: 14.133/2021)

Item 1: A aquisição de medalhas destinadas à solenidade de outorga da Medalha Leonilda Montandon, cerimônia estabelecida através de lei específica com o objetivo de reconhecer as mulheres que tenham prestado relevantes serviços à comunidade e contribuído para o desenvolvimento do município. Tal homenagem constitui importante instrumento de valorização do mérito, incentivo à participação social e fortalecimento dos vínculos entre o poder público e a sociedade.

Dessa forma, a compra das medalhas mostra-se necessária para garantir a adequada realização da solenidade bem como assegurando o cumprimento das

prerrogativas institucionais do Legislativo no reconhecimento de méritos relevantes à coletividade.

Item 2 e 3: A aquisição de pins e bottons destinados à identificação dos vereadores e da equipe de cerimonial da Câmara Municipal justifica-se pela necessidade de padronização e organização durante a realização de cerimônias solenes e eventos oficiais do Legislativo. A utilização desses itens contribui para a adequada identificação dos agentes públicos e servidores envolvidos, facilitando a interação com autoridades, homenageados e o público presente, além de assegurar maior fluidez na condução dos atos protocolares.

Obs.: A contratada deverá enviar uma amostra dos materiais a serem confeccionados para aprovação da contratante.

PRAZO DE VIGÊNCIA – FORNECIMENTO

O prazo de vigência para a confecção e entrega será de até 15 (quinze) dias, contados da emissão da Nota de Autorização de Fornecimento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

O custo estimado total da contratação é de R\$12.275,00 (doze mil, duzentos e setenta e cinco reais) conforme custos unitários apostos na planilha acima.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº: 14.133/21)

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Não haverá exigência de garantia da contratação do Art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, por se tratar de aquisição de pequeno vulto, com possibilidade de entrega imediata dos produtos.

Deverá ser garantida a troca imediata do produto que apresentar qualquer defeito ou características diferentes das exigidas.

As marcas descritas (quando houver) são referenciais, podendo a empresa apresentar outras, desde que de qualidade igual ou superior. Caso seja de marca diferente, deverá entregar uma amostra ao (à) fiscal do contrato para aprovação, antes do fornecimento.

Caso reprovada a qualidade dos produtos, quando apresentados com características diversas, a empresa poderá apresentar outras amostras, no prazo de até três, sob pena de desclassificação.

VISTORIA

Fica dispensada a vistoria do local por não se tratar de obras ou serviços de engenharia.

EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021).

Os produtos deverão ser entregues na sede da Câmara Municipal de Araxá, Av. João Paulo II, 1.200 – bairro Guilhermina Vieira Chaer, Araxá-MG, das 12 h às 17 h, diretamente ao (à) fiscal do contrato identificado (a) no preâmbulo.

ESCLARECIMENTOS

O pedido de esclarecimentos quanto ao objeto a ser contratado deverá ser direcionado ao requisitante ou ao fiscal do contrato, identificados no preâmbulo deste TR, contato: (34) 3612-6900. O pedido de esclarecimento quanto ao processo de licitação (quando for o caso), deverá ser direcionado à agente de contratação, Sra. Cintia Alves da Costa (34) 3612-6905, ou pelo email: cintia.alves@araxa.mg.leg.br.

GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)

A gestão do contrato será exercida pelo servidor Ricardo Borges Silva, ocupante do cargo de técnico legislativo. Telefone: (34) 3612-6900. Email: ricardoborges@araxa.mg.leg.br

ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (a) fiscal do contrato, identificado (a) no preâmbulo deste T.R. (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

O (A) fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

O (A) fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa

responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

Serão exigidas a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, a Certidão Negativa de Débitos perante o Estado sede da empresa e a Certidão Negativa de Débitos perante o Município sede da empresa.

A empresa vencedora deverá anexar a documentação no prazo de até três horas, sob pena de decair o direito à contratação.

DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

O (A) fiscal do contrato atestará o cumprimento integral do objeto contratado, observando a quantidade, a qualidade, os preços e as características dos serviços/produtos.

DO RECEBIMENTO

A proponente vencedora deverá apresentar uma unidade do objeto descrito no termo de referência, para que a fiscal do contrato possa conferir a qualidade e as características mínimas exigidas. Caso não atenda a descrição constante nesse termo de referência, será concedido o prazo de três dias para a apresentação de outra que atenda as condições exigidas.

Persistindo a desconformidade do objeto apresentado, com as características descritas, será aplicado o procedimento previsto no Art. 90 Lei nº: 14.133/2021.

O objeto será recebido provisoriamente, no prazo de 03 (três) dias, contados da entrega dos produtos/serviços, pela fiscal do contrato, mediante termo detalhado.

Em se tratando de aquisição de bens ou serviços comuns, de pequeno vulto, o recebimento provisório poderá substituído pelo recebimento definitivo, a ser realizado no ato da entrega, atestando o cumprimento integral das condições exigidas do contratado.

O contratado fica obrigado a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o produto/serviço em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento definitivo, até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas.

O (A) fiscal do contrato deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil e nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei n. 14.133/2021)

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021 (vide Decreto nº: 11.871/2023), que culminará com a seleção da proposta de menor preço do lote.

Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária Anual do município de Araxá-MG, Unidade Orçamentária: Câmara Municipal de Araxá.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Ficha: 41

Projeto /Atividade: 01.122.0008.2221 – Apoio a Fest. Comem. Recep. Especiais

Elemento de Despesa: 3.3.90.31.00 – Premiação Cult. Artist. Cientif. Desport.

Estela Oliveira Santiago de Carvalho

Aprovação do Jurídico: _____

Aprovação do ordenador da despesa: _____